

Anais do IIIº Seminário GeoÁfrica – 2025

PARTICIPAÇÃO DAS COMUNIDADES LOCAIS NA GESTÃO DE ÁREAS DE CONSERVAÇÃO: CASO DO PARQUE NACIONAL DE LIMPOPO E PARQUE NACIONAL DE MAPUTO – MOÇAMBIQUE

PARTICIPATION OF LOCAL COMMUNITIES IN THE MANAGEMENT OF CONSERVATION AREAS: THE CASE OF LIMPOPO NATIONAL PARK AND MAPUTO NATIONAL PARK - MOZAMBIQUE

PARTICIPACIÓN DE LAS COMUNIDADES LOCALES EN LA GESTIÓN DE ÁREAS DE CONSERVACIÓN: EL CASO DEL PARQUE NACIONAL DE LIMPOPO Y EL PARQUE NACIONAL DE MAPUTO - MOZAMBIQUE

VICTOR ESTEVÃO SAMBO

Fotogrametrista no Centro Nacional de Cartografia e Teledeteção, IP

vsambo15@gmail.com

RESUMO

A participação comunitária na gestão das áreas de conservação em Moçambique constitui um elemento central para o equilíbrio entre conservação da biodiversidade e desenvolvimento humano. Este estudo analisa a Participação das Comunidades Locais na Gestão de Áreas de Conservação no Parque Nacional do Limpopo (PNL) e do Parque Nacional de Maputo (PNAM), com o objectivo de compreender os mecanismos de envolvimento da comunidade no processo de gestão dos PNL e PNAM, os benefícios resultantes e os desafios enfrentados. A metodologia baseou-se em visitas de campo, observação direta e interação com gestores e comunidades locais, permitindo identificar práticas de co-gestão, reassentamento e distribuição de benefícios. Os resultados mostraram que, no PNL, as comunidades enfrentam dificuldades relacionadas ao não cumprimento de promessas e à falta de meios de subsistência sustentáveis, o que fragiliza a confiança no processo de conservação. No PNAM, apesar da existência de comités e programas de educação ambiental, persistem tensões ligadas ao acesso a recursos e à transparência na gestão dos fundos comunitários. A participação comunitária é ainda predominantemente consultiva, carecendo de maior empoderamento, equidade e fortalecimento institucional, para que as comunidades sejam parceiras efetivas na preservação ambiental e no desenvolvimento sustentável.

Palavras-chave: Conservação. Comunidades. Participação. PNL. PNAM.

ABSTRACT

Community participation in the management of conservation areas in Mozambique is a key element for balancing biodiversity conservation with human development. This study analyzes the participation of local communities in the management of conservation areas in the Limpopo National Park (LNP) and the Maputo National Park (MNP), with the aim of understanding the mechanisms of community involvement in the management processes of the LNP and MNP, the resulting benefits, and the challenges faced. The methodology was based on field visits, direct observation, and interaction with managers and local communities, allowing for the identification of co-management practices, resettlement, and benefit-sharing. The methodology involved field visits, direct observation, and interaction with managers and local communities, allowing the identification of co-management practices, resettlement processes, and benefit-sharing strategies. The results showed that in PNL, communities face difficulties related to unfulfilled promises and lack of sustainable livelihoods, which undermines trust in conservation processes. In PNAM, despite the existence of committees and environmental education programs, tensions remain regarding access to resources and transparency in community fund management. The study concludes that community participation is still predominantly consultative, requiring greater empowerment, equity, and institutional strengthening so that communities become effective partners in environmental preservation and sustainable development.

Keywords: Conservation. Communities. Participation. PNL. PNAM.

RESUME

La participation communautaire dans la gestion des zones de conservation au Mozambique est essentielle pour parvenir à un équilibre entre la conservation de la biodiversité et le développement humain. Cette étude analyse la participation des communautés locales à la gestion des aires de conservation dans le Parc National du Limpopo (PNL) et le Parc National de Maputo (PNAM), afin de comprendre les mécanismes d'implication communautaire, les bénéfices qui en résultent ainsi que les défis rencontrés. La méthodologie s'est basée sur des visites de terrain, l'observation directe et l'interaction avec les gestionnaires et les communautés locales, permettant d'identifier les pratiques de cogestion, de réinstallation et de partage des bénéfices. Les résultats montrent que, dans le PNL, les communautés font face à des difficultés liées au non-respect des promesses et au manque de moyens de subsistance durables, ce qui fragilise la confiance dans le processus de conservation. Dans le PNAM, malgré l'existence de comités et de programmes d'éducation environnementale, des tensions persistent concernant l'accès aux ressources et la transparence dans la gestion des fonds communautaires. La participation communautaire demeure essentiellement consultative, nécessitant davantage d'autonomisation, d'équité et de renforcement institutionnel. **Mots-clés:** Conservation. Communautés. Participation. PNL. PNAM.

INTRODUÇÃO

A gestão das áreas de conservação representa um dos maiores desafios contemporâneos para o desenvolvimento sustentável, especialmente em países africanos onde a dependência dos recursos naturais é elevada e as pressões sobre a biodiversidade são intensas. Tradicionalmente, o modelo de conservação adotado em África baseou-se na exclusão das comunidades locais, o que resultou em tensões sociais, conflitos territoriais e percepções negativas em relação às áreas protegidas (Diegues, 2008). Este modelo, conhecido como “fortaleza da conservação”, embora eficaz para reduzir a caça furtiva em certos contextos, falhou em garantir o apoio das populações locais e, em muitos casos, aumentou as práticas ilegais de uso de recursos.

Com a evolução do pensamento conservacionista e o advento do conceito de desenvolvimento sustentável, tornou-se evidente que não é possível assegurar a proteção da biodiversidade sem considerar o bem-estar das comunidades humanas que coexistem com os ecossistemas (Santilli, 2005). A participação comunitária passou a ser vista como elemento estratégico para alcançar resultados duradouros, integrando objectivos ecológicos e socioeconômicos. Em Moçambique, a legislação ambiental prevê a participação das comunidades através da criação de Comités de Gestão de Recursos Naturais e da partilha de 20% das receitas geradas pelas áreas de conservação (Sitoe *et al.*, 2012). Nesse contexto, analisar a participação das comunidades locais na gestão de áreas de conservação torna-se fundamental para compreender os factores que favorecem ou limitam o engajamento comunitário, a redução de conflitos homem-fauna e a geração de benefícios socioeconômicos. Estudos de caso, como os do Parque Nacional do Limpopo (PNL) e do Parque Nacional de Maputo (PNAM), permitem identificar boas práticas, desafios e oportunidades de melhoria na relação entre conservação e desenvolvimento. Portanto, este estudo busca discutir de forma crítica o papel da participação comunitária na gestão das áreas de conservação, destacando seu potencial para promover a corresponsabilidade, fortalecer a governança ambiental e contribuir para a sustentabilidade ecológica e socioeconômica das regiões onde estas áreas se inserem.

QUADRO TEÓRICO CONCEPTUAL

Participação das comunidades locais na gestão de áreas de conservação

A participação das comunidades locais na gestão das áreas de conservação é hoje reconhecida como um dos pilares essenciais para a sustentabilidade ecológica e social dessas áreas. Historicamente, a criação de parques e reservas foi marcada por um modelo de exclusão das populações locais, baseado na lógica da “natureza intocada”, em que as comunidades eram deslocadas de seus territórios em nome da proteção da fauna e flora (Diegues, 2008). Esse modelo gerou impactos profundos nas comunidades, que perderam o acesso aos recursos naturais e viram suas práticas tradicionais desvalorizadas, resultando em conflitos recorrentes e resistência às políticas de conservação. No entanto, a literatura aponta para uma mudança de paradigma que começa nas décadas de 1980 e 1990, com a emergência do conceito de desenvolvimento sustentável e da gestão participativa. Segundo Santilli (2005), a participação comunitária deve ser entendida não apenas como consulta, mas como um processo de co-gestão, em que as comunidades compartilham poder de decisão e se beneficiam diretamente dos resultados da conservação. Esse novo modelo é essencial para legitimar as áreas protegidas, reduzir conflitos e criar uma aliança entre conservação e desenvolvimento local.

A literatura sobre conservação é taxativa: sem participação comunitária efectiva, não há conservação sustentável. Em contextos como Moçambique, onde a subsistência depende directamente de recursos naturais, a inclusão social deixa de ser um gesto normativo para tornar-se condição ecológica (Bensusan, 2006; Santilli, 2005). Porém, a qualidade dessa participação oscila entre consultas formais e co-gestão substantiva, com implicações directas para a legitimidade dos parques, a redução de conflitos e os resultados ecológicos (Diegues, 2008; MMA, 2004).

As políticas de conservação mais recentes reconhecem o papel central das comunidades locais, inclusive garantindo-lhes o direito de receber 20% das receitas provenientes das áreas de conservação (ANAC, 2020). Essa medida busca transformar as comunidades em parceiras activas na proteção da biodiversidade. Como ressalta Siteo *et al.* (2012), “quando as comunidades se sentem donas dos recursos e percebem benefícios tangíveis, a tendência de envolvimento na conservação é significativamente maior”. Contudo, esse processo enfrenta desafios relacionados à governança local, como desvios de fundos, falta de capacidade de gestão e conflitos internos nas comunidades, que dificultam o uso colectivo dos benefícios. Além dos benefícios financeiros, a participação

comunitária deve contemplar a integração dos saberes tradicionais aos sistemas formais de gestão. A experiência mostra que práticas como o uso controlado do fogo, o manejo comunitário da fauna e a delimitação de áreas sagradas podem contribuir para a manutenção da biodiversidade (Ferreira, 2014). A marginalização desses saberes gera perda de identidade cultural e reduz a eficácia das políticas de conservação. Portanto, conforme argumenta Diegues (2008), é preciso superar o modelo de conservação excludente e avançar para um sistema em que as comunidades sejam vistas como coprodutoras da conservação.

Outro aspecto fundamental é a capacitação. Sem formação técnica e educação ambiental, a participação tende a ser simbólica ou limitada a decisões de baixo impacto. Como destaca Santilli (2005), a participação plena exige empoderamento, o que só é possível se as comunidades tiverem condições de compreender, negociar e fiscalizar os processos de gestão. Portanto, a participação das comunidades locais na gestão das áreas de conservação é uma dimensão estratégica e complexa, que deve ser construída com base no diálogo, no respeito aos direitos fundiários e culturais e na partilha equitativa dos benefícios. A gestão participativa é não apenas um requisito ético, mas também uma necessidade prática, uma vez que as comunidades são as primeiras guardiãs do território. Conforme sintetiza Ferreira (2014), “não há conservação possível sem a participação activa e informada das populações que vivem nas e ao redor das áreas protegidas”.

Conhecimentos locais e “ecologias de saberes”: A integração dos saberes tradicionais com a ciência é apontada como via para o manejo adaptativo, desenho de regras de uso e monitoria participativa (Santos, 2010; Diegues, 2008). Experiências relatadas no Brasil e em países africanos mostram que calendários de uso, zonas de exclusão temporária e regras locais de acesso podem reduzir pressão sobre fauna/flora e aumentar a adesão social quando são reconhecidos no desenho institucional (Bensusan, 2006; Santos, 2010). Onde tais conhecimentos são ignorados, multiplicam-se actuações de “cumprimento mínimo” e estratégias de resistência do descumprimento silencioso às invasões simbólicas que corroem a governança (Diegues, 2008).

Direitos territoriais e segurança jurídica: A literatura socioambiental demonstra que a garantia de direitos territoriais (posse, uso, consulta prévia, repartição de benefícios) é determinante para deslocar a percepção da conservação como “perda” para “activo comunitário” (Benatti, 2003; Santilli, 2005). Sem segurança fundiária ou

com reassentamentos mal conduzidos, a conservação constrói déficits de legitimidade difíceis de reverter, alimentando caça de subsistência e conflitos homem-fauna. Em Moçambique, a Lei n.º 16/2014 (Proteção, Conservação e Uso Sustentável da Diversidade Biológica) estabelece bases para participação, fiscalização e repartição de benefícios; o desafio é a implementação consistente e a monitoria social.

Arranjos institucionais e co-gestão: A passagem de um modelo estadocêntrico para arranjos policêntricos (conselhos gestores, comités comunitários, concessões a operadores com cotas para fundos locais) é recorrente na literatura como boa prática para reduzir custos de transação, distribuir poder e internalizar conhecimento local (MMA, 2004; Ostrom, 2011). Entretanto, há alertas: conselhos “capturados” por elites, representantes sem prestação de contas e baixa transparência na gestão dos 20% de receitas podem deslegitimar a participação (Bensusan, 2006; Benatti, 2003). A resposta recomendada é governança com regras claras, actas públicas, portais de transparência, auditorias sociais e rotação de lideranças.

Criminalização da pobreza vs. proteção de espécies: A tensão entre proteção estrita e necessidades de subsistência é central. Diegues (2008) critica o “mito da natureza intocada” quando desconsidera histórias locais, enquanto Santilli (2005) propõe o socioambientalismo como base para conciliar direitos humanos e conservação. A literatura converge para:

(i) diferenciar caça comercial de subsistência; (ii) criar mecanismos legais de uso controlado onde viável; (iii) ampliar alternativas econômicas (turismo de base comunitária, apicultura, agroecologia, artesanato) que reduzam a pressão direta sobre fauna/flora (Bensusan, 2006; MMA, 2004). Sem isso, penas tendem a transferir o problema e agravar a hostilidade.

Repartição de benefícios e justiça distributiva: A previsão legal de transferir parte das receitas às comunidades é positiva, mas a literatura alerta que percentuais fixos, sem considerar tamanho populacional, perdas e custos locais, podem aprofundar desigualdades intra- e intercomunitárias (Bensusan, 2006; Benatti, 2003). Experiências documentadas sugerem fórmulas híbridas: parcelas básicas + parcelas variáveis por população, perdas comprovadas, desempenho em monitoria e metas de conservação (MMA, 2004).

METODOLOGIA

A presente pesquisa baseou-se numa abordagem qualitativa, combinando métodos de recolha de dados primários e secundários para obter uma compreensão profunda da participação das comunidades locais na gestão das áreas de conservação.

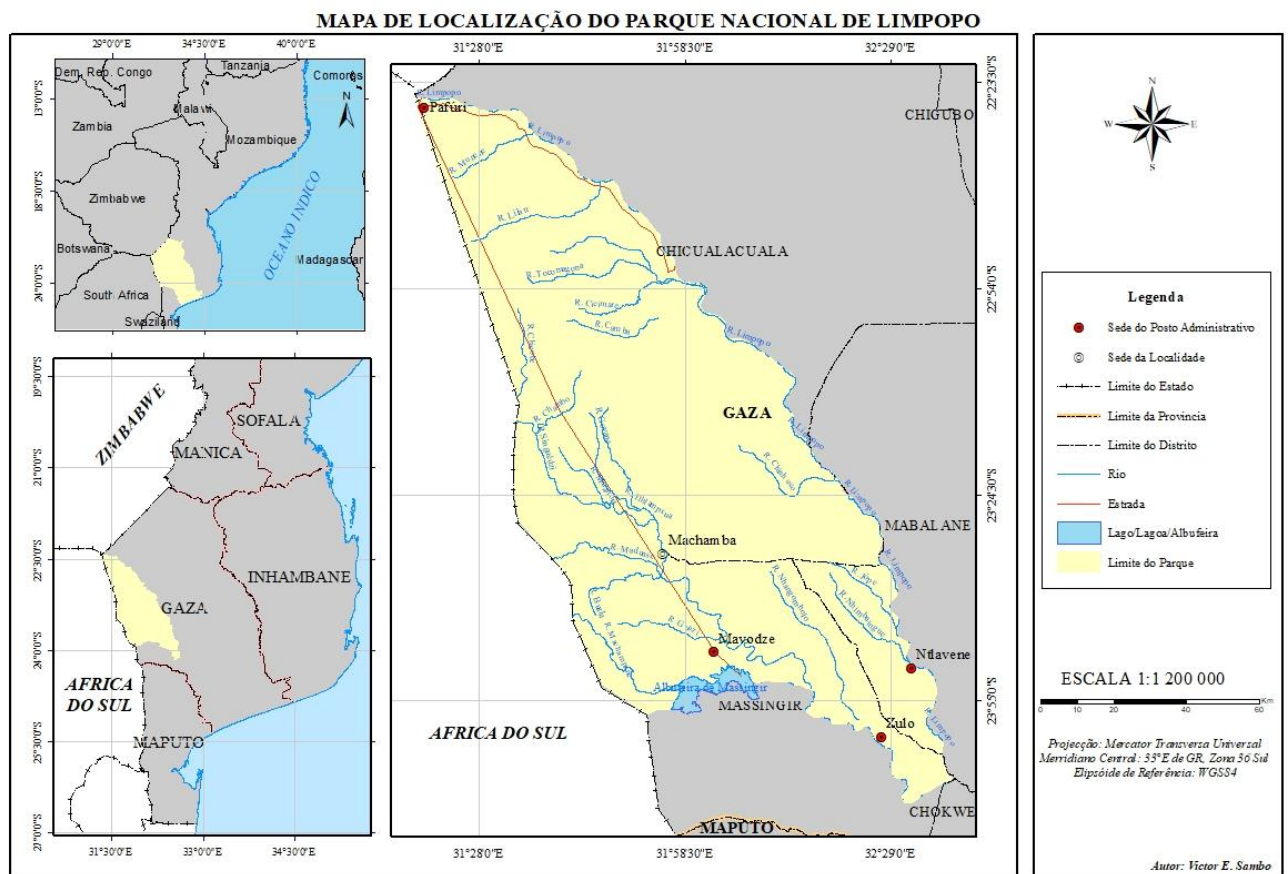
1. **Revisão Bibliográfica:** Foi realizada uma revisão de literatura em artigos científicos, teses, dissertações, relatórios institucionais da ANAC, de modo a compreender os conceitos, modelos e desafios da participação comunitária em áreas de conservação em Moçambique e em outros países africanos.
2. **Conversas com a Comunidade Eduardo Mondlane no Parque Nacional do Limpopo (PNL):** Foram conduzidas conversas semiestruturadas com membros das comunidades residentes, de forma a recolher percepções sobre os benefícios, desafios e expectativas em relação à sua participação na gestão da área de conservação.
3. **Visita de Campo ao Parque Nacional de Maputo (PNAM):** Incluiu observação direta das actividades de gestão, participação no safari interpretativo e reunião com o Administrador do Parque. Durante esta visita, foram recolhidas informações sobre a estrutura organizacional, programas comunitários, desafios e estratégias de mitigação de conflitos homem-fauna.
4. **Análise Comparativa:** Com base nos dados recolhidos no PNL e PNAM, foi realizada uma análise comparativa para identificar semelhanças, diferenças e lições aprendidas no que diz respeito ao envolvimento comunitário.
5. **Tratamento e Interpretação de Dados:** Os dados foram organizados e analisados de forma crítica, relacionando as evidências empíricas com o referencial teórico, de modo a extrair conclusões consistentes. Foi usada a ferramenta dos SIG (ArcGis 10.8), para a delimitação da área de estudo e a produção dos mapas, conforme figuras 1 e 2.

Localização do Parque Nacional do Limpopo (PNL)

Com uma área de aproximadamente 11 200km², o PNL está localizada a Sul de Moçambique, entre os paralelos 22°25'S, 24°11'S e meridianos 31°17'E, 32°38'E,

abrangendo os distritos de Massingir a Sul, Chicualacuala a Norte e Mabalane a Este. É limitado pelo rio Limpopo a sudeste e nordeste e, Kruger Park na República Sul Africana a Oeste.

Figura1. Mapa de Localização do Parque Nacional de Limpopo

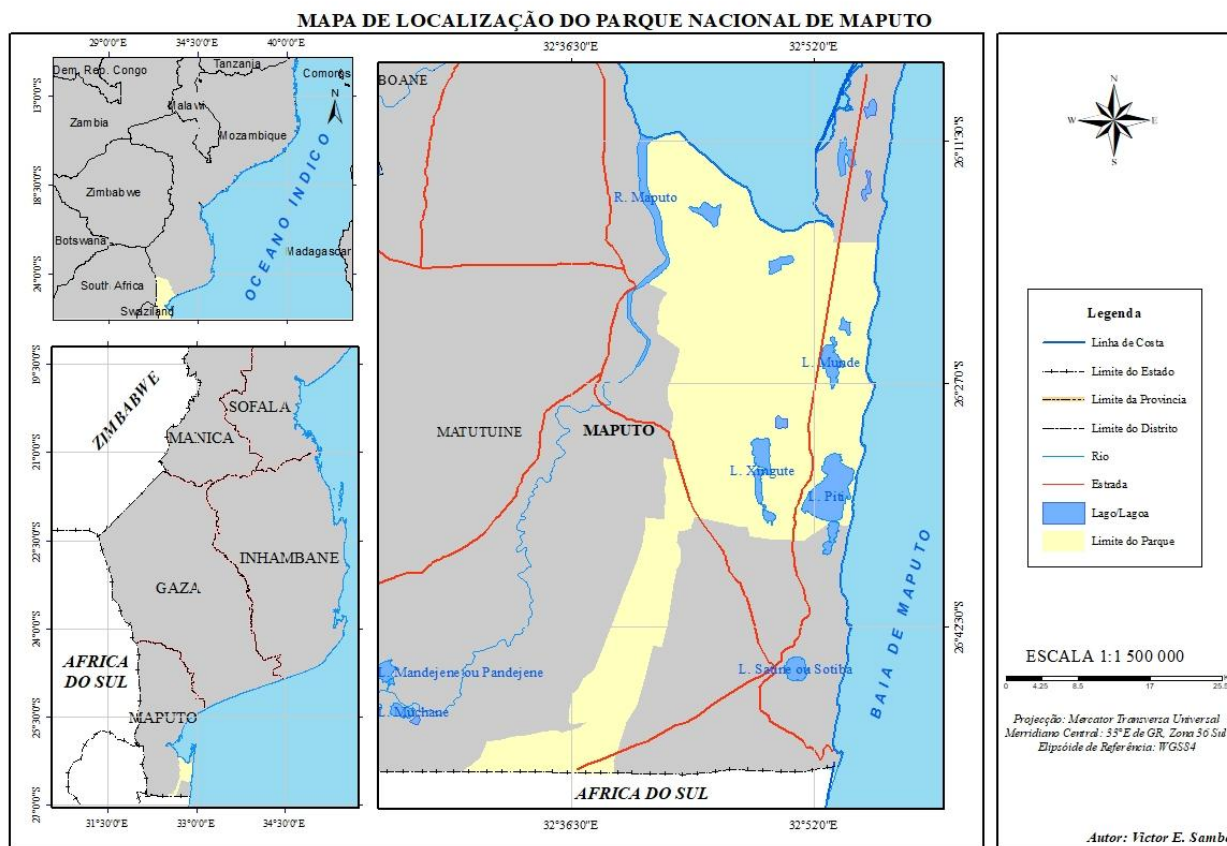


Fonte: Autor, (2025).

Localização do Parque Nacional de Maputo (PNAM)

Com uma extensão de 1040km², o PNAM localiza-se a Sul de Moçambique e província de Maputo, concretamente no distrito de Matutuine, entre os paralelos 25°55'30''S e 26°52'30''S e meridianos 32°29'30''E e 33°03'00''E. É limitado pela República Sul Africana e Parque dos Elefantes a Sul, o rio Maputo a Oeste e banhado pela baía de Maputo a Norte e a Este.

Figura 2. Mapa de Localização do Parque Nacional de Maputo



Fonte: Autor, (2025)

Características físicas e humanas do Parque Nacional do Limpopo (PNL)

O PNL localiza-se na província de Gaza, no sul de Moçambique, abrangendo uma área aproximada de 11.200 km², o que o torna uma das maiores áreas de conservação do país (Soto *et al.*, 2001). Do ponto de vista físico, o parque caracteriza-se por um clima tipicamente semiárido a sub-húmido, com uma estação chuvosa concentrada entre novembro e março e uma estação seca prolongada, onde se observa forte acumulação de biomassa seca, factor que aumenta a vulnerabilidade a incêndios (Brito & Tchaúque 2009). As temperaturas médias anuais variam entre 22°C e 28°C, podendo atingir picos superiores a 35°C durante o verão. A precipitação média anual situa-se entre 500 e 700 mm, apresentando forte variabilidade interanual (Hatton *et al.*, 2001).

A topografia é marcada por planícies amplas e suaves, interrompidas por alguns afloramentos rochosos e zonas de maior declive junto a cursos de água. O rio Limpopo, que dá nome ao parque, constitui a principal drenagem, complementado por rios sazonais

e pequenas lagoas que mantêm ecossistemas vitais durante a estação seca (Anderson *et al.*, 2010). A vegetação é dominada por savana arbórea e arbustiva, associada a espécies como mopane (*Colophospermum mopane*), miombo e áreas de pastagem, estas últimas fundamentais para a fauna herbívora (Timberlake *et al.*, 2011). A fauna é diversificada, destacando-se os “*Big Five*” (elefantes, búfalos, leões, leopardos e rinocerontes), além de girafas, zebras, antílopes e várias espécies de aves, o que reforça o potencial turístico do parque (Jones *et al.*, 2008).

Do ponto de vista humano, o PNL apresenta uma especificidade que o diferencia de outros parques da região: a existência de comunidades residentes dentro dos limites da área de conservação. Antes da sua criação em 2001, a região era ocupada por várias aldeias, sendo que parte delas foi reassentada em zonas como Eduardo Mondlane, mas outras continuam dentro do parque, dependendo fortemente dos recursos naturais para a sua subsistência (Spierenburg *et al.*, 2008). As actividades predominantes são a agricultura de subsistência, a criação de gado, a recolha de lenha e a produção de carvão, práticas que muitas vezes entram em conflito com os objectivos da conservação. Esta interação constante entre comunidades e recursos naturais torna o PNL um espaço de intensos desafios de gestão, onde os conflitos homem-fauna são recorrentes, principalmente com elefantes e predadores de gado (Massé & Lunstrum, 2016).

Em termos institucionais, o PNL faz parte do Grande Limpopo Transfrontier Park, que integra também o Parque Nacional Kruger (África do Sul) e o Gonarezhou (Zimbabwe), formando um dos maiores corredores ecológicos do mundo, com cerca de 100 mil km² (Andersson *et al.*, 2013). Esta dimensão transfronteiriça exige modelos de co-gestão internacional e abre oportunidades para o turismo de natureza, embora os níveis de infraestrutura ainda sejam limitados no lado moçambicano. Assim, o parque combina características biofísicas únicas, com grande diversidade ecológica, e uma realidade humana complexa, marcada pela dependência direta dos recursos naturais, o que reforça a necessidade de estratégias de gestão integradas e participativas.

Características físicas e humanas do Parque Nacional de Maputo (PNAM)

O PNAM localiza-se no distrito de Matutuíne, província de Maputo, e ocupa uma área de cerca de 1.040 km², abrangendo ecossistemas terrestres e marinhos de grande importância ecológica (ANAC, 2018). A sua paisagem é marcada por florestas de solos arenosos, dunas parabólicas, pântanos, mangais e lagoas costeiras, que oferecem habitats

diversificados para fauna e flora (MICOA, 2009). O clima é tropical húmido, com temperaturas médias anuais entre 22°C e 28°C e precipitação que varia entre 800 e 1000mm, concentrada no verão (Hatton *et al.*, 2001). A rede hidrográfica é composta por lagoas como Chingute e Piti, além de pequenos rios sazonais que desempenham papel crucial na manutenção da biodiversidade aquática (Verdade *et al.*, 2011).

A vegetação inclui florestas costeiras, mangais e savanas arborizadas, que sustentam espécies emblemáticas como o elefante africano (*Loxodonta africana*), crocodilos, hipopótamos, zebras, girafas, cudos e várias espécies de aves, incluindo águias-pesqueiras e flamingos (ANAC, 2018). O parque constitui ainda um importante corredor ecológico, ligando-se ao iSimangaliso Wetland Park, na África do Sul, e integrando-se à rede de áreas de conservação transfronteiriças da região (Jones, 2006).

Do ponto de vista humano, o PNAM está rodeado por 23 comunidades na zona tampão, que dependem da agricultura de subsistência, pesca artesanal e criação de gado como principais meios de vida (Bandeira *et al.*, 2014). No entanto, essa dependência gera conflitos recorrentes com a fauna bravia, como a destruição de culturas por elefantes e predadores atacando gado (Anderson *et al.*, 2015). Para mitigar tais problemas, o parque implementa programas de educação ambiental, mini-rangers e distribuição de 20% das receitas do turismo às comunidades locais, conforme estipulado pela legislação moçambicana de conservação (Lei n.º 16/2014). Apesar disso, a relação entre comunidades e o parque continua marcada por tensões, devido à percepção de exclusão no acesso aos recursos e à insuficiência dos benefícios redistribuídos (Nhantumbo & Macqueen, 2013). Assim, o PNAM combina características biofísicas únicas, ecossistemas costeiros e marinhos de elevada biodiversidade com uma realidade social complexa, na qual a dependência das comunidades sobre os recursos naturais representa tanto um desafio como uma oportunidade para a consolidação de modelos de gestão participativa e de turismo sustentável.

APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

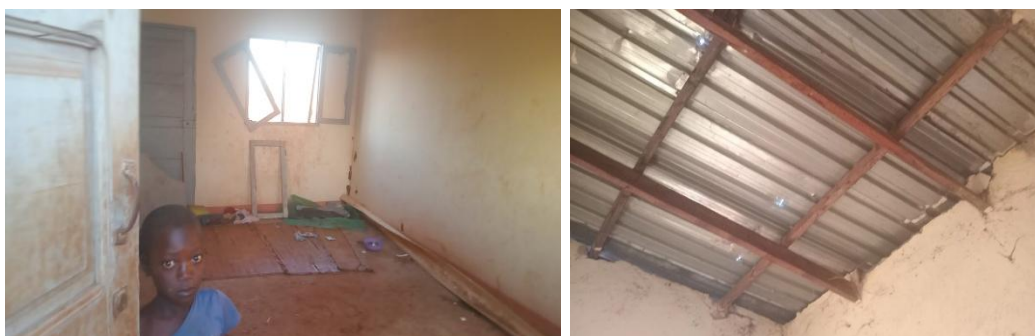
Participação Comunitária na Gestão dos Parques Nacionais de Limpopo e Maputo

A participação das comunidades locais na gestão das áreas de conservação é um dos pilares para a sustentabilidade ambiental e para a justiça social, mas na prática ainda se apresenta como um desafio complexo. De acordo com Diegues (2008), a conservação não deve ser vista apenas como um mecanismo de exclusão das populações locais, mas

sim como uma oportunidade de promover inclusão social e valorização dos saberes tradicionais. Santilli (2005) reforça que a co-gestão das áreas de conservação é fundamental para que haja legitimidade das decisões e redução dos conflitos homem-fauna, pois comunidades excluídas tendem a desenvolver resistência e até práticas de caça furtiva como forma de sobrevivência.

No caso do Parque Nacional do Limpopo (PNL), a situação é emblemática: o reassentamento das comunidades de Macavene em Eduardo Mondlane teve como objectivo reduzir o conflito homem-fauna e melhorar a conservação, porém, como foi observado no terreno, a falta de cumprimento das promessas feitas (como a disponibilização de cimento para melhoramento de casas, criação de postos de trabalho e apoio contínuo com cestas básicas) criou frustração e desconfiança entre os moradores. Essa constatação foi igualmente observada em trabalho de campo realizado em Agosto de 2025 (vide figura 3), onde “os residentes relataram a falta de materiais de construção prometidos, ausência de oportunidades de emprego e descontinuidade no apoio alimentar” (cp, 2025). Este cenário confirma o que Ferreira (2014) descreve como um “déficit de governança participativa”, onde as políticas são bem intencionadas, mas sua implementação carece de mecanismos efetivos de inclusão.

Figura 3: Situação das casas do reassentamento no Bairro Eduardo Mondlane



Fonte: Autor, (2025).

No Parque Nacional de Maputo (PNAM), por sua vez, existem comités de gestão de recursos naturais e programas de educação ambiental, mas as relações entre parque e comunidades permanecem tensas. “A relação que nunca vai ser boa, porque pressupõe o estabelecimento de regras, proibir caça e limitar o acesso aos recursos” (Miguel Gonsalves, cp 2025), o que corrobora com a visão de Diegues (2008) de que a simples criação de áreas protegidas sem considerar os modos de vida locais gera conflitos persistentes. Mesmo com a distribuição de 20% das receitas às comunidades, Santilli

(2005) adverte que a redistribuição de benefícios precisa ser equitativa e transparente, caso contrário gera novos conflitos internos, algo que se observa nas denúncias de desvios de fundos dentro das próprias comunidades.

A experiência do Covane Community Lodge, próximo ao PNL, é uma alternativa interessante, pois mostra que modelos de turismo comunitário podem gerar benefícios diretos para as comunidades, aumentando seu engajamento com a conservação (vide figura 4). Segundo Ferreira (2014), esse tipo de iniciativa fortalece o “capital social” das comunidades, criando incentivos para que elas protejam os recursos dos quais dependem. Contudo, ainda é necessário melhorar a equidade na distribuição dos lucros e oferecer formação contínua para gestão empresarial, evitando que o modelo beneficie apenas pequenas elites locais.

Figura 4. Covane Community Lodge



Fonte: Autor, (2025).

Assim, a análise aponta que a participação comunitária não deve ser tratada como um simples requisito formal, mas como um processo dinâmico de empoderamento, onde é preciso:

- **Fortalecer o diálogo** entre gestores e comunidades (Diegues, 2008);
- **Cumprir promessas e contratos** para manter a confiança social (Santilli, 2005);
- **Promover capacitação e inclusão econômica**, de forma a transformar comunidades em parceiras da conservação, e não apenas em observadoras passivas (Ferreira, 2014).

Análise Comparativa da Participação das Comunidades na Gestão do PNL e do PNAS

A participação comunitária na gestão de áreas de conservação é um factor decisivo para o sucesso das políticas de conservação, mas tanto no PNL quanto no PNAM observam-se diferenças significativas quanto ao nível de engajamento, aos benefícios e à confiança das comunidades no processo.

Comparativamente, o PNL apresenta um déficit maior de confiança social, uma vez que o reassentamento forçado, aliado à falta de apoio consistente, cria um ambiente de descontentamento. O PNAM, embora também enfrente desafios, mostra maior capacidade de implementar mecanismos de participação formalizados, ainda que haja problemas de transparência e de distribuição equitativa dos benefícios, como os desvios de fundos comunitários mencionados. Outro ponto importante é que o PNAM está mais avançado na integração de programas de educação ambiental e alternativas de subsistência, enquanto no PNL a prioridade ainda parece ser resolver questões básicas de sobrevivência das comunidades reassentadas. No PNL, projectos como o Covane Community Lodge representam um passo promissor, pois geram renda para a comunidade e incentivam o turismo de base comunitária, mas seu alcance ainda é limitado em relação ao total da população afectada.

Em termos de resultados, observa-se que:

- PNAM → tem uma participação comunitária mais formalizada, porém enfrenta resistência cultural e desconfiança quanto aos benefícios econômicos.
- PNL → enfrenta maiores tensões sociais, porque a participação comunitária é mais passiva, limitada pela precariedade socioeconômica e pela falta de cumprimento de promessas.

Em ambos os casos, a literatura (Ferreira, 2014) defende que a participação comunitária só é efetiva quando há empoderamento, benefícios econômicos claros e capacidade de decisão real por parte das comunidades. Isso exige um investimento contínuo em capacitação, diálogo e cumprimento dos compromissos assumidos pelas entidades gestoras. Esta análise comparativa revela que o PNAM apresenta avanços institucionais na participação comunitária, mas precisa fortalecer mecanismos de transparência e fiscalização social. O PNL, por outro lado, precisa priorizar a reconstrução da confiança com as comunidades reassentadas, garantir os direitos básicos prometidos e ampliar modelos de geração de renda comunitária. Em ambos os parques, a participação comunitária ainda é mais consultiva do que deliberativa, o que representa um desafio para alcançar uma verdadeira co-gestão.

Discussão dos Resultados

A análise dos resultados obtidos durante as visitas às Áreas de Conservação e à ANAC evidencia que a gestão das áreas protegidas em Moçambique é um processo complexo, que envolve múltiplos actores, interesses divergentes e desafios operacionais significativos. Um dos primeiros aspectos observados foi o esforço visível para profissionalizar a gestão das áreas de conservação, com estruturas administrativas claramente definidas, presença de parceiros de co-gestão e programas de monitoria e fiscalização bem estabelecidos. Contudo, a dependência excessiva de financiamento externo e de doadores internacionais continua a ser um ponto crítico que compromete a sustentabilidade a longo prazo, uma vez que a receita proveniente de turismo ainda não é suficiente para cobrir os custos operacionais.

No Parque Nacional do Limpopo (PNL), os resultados mostram que o modelo de gestão de Covane Community Lodge é um exemplo interessante de parceria comunitária-privada, que assegura que uma parte da renda gerada beneficie directamente as comunidades locais. Apesar disso, a participação comunitária ainda enfrenta limitações relacionadas com a capacidade de gestão, transparência na distribuição dos lucros e fraca literacia financeira. Isto confirma a análise de Borrini-Feyerabend *et al.* (2013), segundo a qual a cogestão é uma solução promissora, mas requer investimento contínuo na capacitação das comunidades para que estas possam negociar e gerir os seus próprios benefícios de forma justa e eficaz. Por outro lado, a interação com as comunidades reassentadas do PNL revela uma insatisfação significativa quanto ao cumprimento das promessas de compensação e à provisão de serviços básicos. A ausência de meios de subsistência sustentáveis e a distância das áreas agrícolas são factores que têm intensificado os conflitos homem-fauna, aumentando a caça furtiva e a resistência às regras de conservação. Estes resultados dialogam com os achados de Murphree (2009), que argumenta que a conservação só será bem-sucedida se for capaz de melhorar as condições de vida das populações locais.

No Parque Nacional de Maputo (PNAM), foi possível constatar avanços significativos em termos de estrutura organizacional, programas de fiscalização e estratégias de reintrodução de fauna, que transformaram o parque num destino turístico emergente e num exemplo de recuperação ecológica. No entanto, os conflitos persistentes com as 23 comunidades mostram que a conservação ainda é vista, por muitos, como uma imposição externa que restringe o acesso a recursos essenciais. O sistema de partilha dos

20% das receitas, embora bem-intencionado, tem gerado frustrações devido a problemas de equidade na distribuição e casos de má gestão interna. Tal cenário corrobora os argumentos de Ostrom (1990) sobre a necessidade de sistemas de governança adaptativos e regras claras para a gestão colectiva dos recursos comuns. Outro ponto relevante é a questão das infraestruturas de acesso. A baixa qualidade das estradas e a falta de alternativas de transporte limitam a visitação, reduzindo a geração de receita e, por consequência, os fundos disponíveis para programas de desenvolvimento comunitário. A administração do PNAM reconhece que a sustentabilidade financeira do parque depende da melhoria das vias de acesso e da diversificação das fontes de receita, o que está alinhado com os princípios de Emerton *et al.* (2006), que destacam a importância de integrar a economia da conservação nos planos de desenvolvimento nacional.

De forma geral, os resultados indicam que existe uma vontade política e institucional de promover uma gestão participativa e sustentável, mas persistem desafios estruturais: fraca capacitação comunitária, conflitos homem-fauna, pressão sobre os recursos naturais, dependência de doadores e défice de infraestruturas. Estes desafios exigem estratégias inovadoras, que combinem ciência, políticas públicas inclusivas e o envolvimento activo das comunidades locais, de modo a transformar as áreas de conservação em verdadeiros motores de desenvolvimento socioeconómico.

CONCLUSÃO

A participação das comunidades locais na gestão das áreas de conservação revelou-se um elemento central para a sustentabilidade destas iniciativas, confirmando que a conservação não pode ser dissociada do desenvolvimento humano. A análise das interações com as comunidades do Parque Nacional do Limpopo (PNL) e do Parque Nacional de Maputo (PNAM) demonstrou que, apesar dos esforços para integrar as populações locais por meio de mecanismos como a partilha de benefícios (os 20% das receitas), reassentamentos e projectos comunitários, ainda existem desafios significativos no que diz respeito à equidade, transparência e efetiva inclusão dos interesses comunitários nos processos de decisão. Constatou-se que, quando a participação é apenas consultiva ou limitada, como no caso das comunidades que continuam a sentir-se excluídas dos benefícios reais da conservação, os conflitos homem-fauna tendem a aumentar, assim como a caça furtiva e a resistência às regras de proteção ambiental. Por outro lado, iniciativas bem estruturadas, como o modelo de gestão do Covane Community Lodge, mostram que é possível transformar as comunidades em parceiras estratégicas, garantindo retorno financeiro e social que fortalece a aceitação e o compromisso com a conservação.

Assim, a participação comunitária deve ser encarada como um processo contínuo e dinâmico, que vai além da simples partilha de benefícios monetários. É necessário investir na capacitação das comunidades, promover a educação ambiental, melhorar os mecanismos de comunicação entre gestores e líderes locais e adoptar modelos de co-gestão que respeitem os saberes tradicionais. Apenas desta forma será possível construir uma relação de confiança que permita transformar as áreas de conservação em motores de desenvolvimento sustentável, beneficiando tanto a biodiversidade como as gerações actuais e futuras.

Desafios e Recomendações para Fortalecer a Participação Comunitária nas áreas de conservação

Desafios Identificados	Recomendações Estratégicas
Conflitos homem-fauna bravia, destruição de culturas e perdas de gado (PNL e PNAM)	Implementação de projectos alternativos de sustento (ex.: agricultura de conservação, regadios comunitários, apicultura) e fortalecimento das técnicas de mitigação de conflitos (cercas elétricas comunitárias, fiscais locais, programas H4H – Pastagem e Saúde).
Fraca participação das comunidades nos processos de decisão (PNL)	Fortalecimento dos comités de gestão de recursos naturais com formação em governança, gestão financeira e negociação, garantindo que sejam representativos e activos nas decisões.
Falta de transparência na aplicação dos 20% de receitas destinadas às comunidades (PNL e PNAM)	Estabelecimento de auditorias comunitárias e assembleias abertas anuais para prestação de contas, com publicação de relatórios de aplicação dos fundos.
Dependência excessiva de recursos naturais para subsistência (PNL)	Promoção de projectos de geração de renda, turismo comunitário e capacitação em empreendedorismo, como exemplo do modelo Covane Community Lodge.
Escassez de infraestruturas (estradas, água, energia) e serviços básicos (PNL)	Investir em infraestruturas de acesso, pontos de água potável e energia sustentável para reduzir vulnerabilidade social e atrair mais visitantes, aumentando receitas.
Pouca valorização dos saberes tradicionais e património cultural (PNAM)	Integração de práticas culturais e conhecimento local nos planos de manejo, desenvolvimento de rotas de turismo cultural e preservação de locais sagrados como atrativos turísticos.
Déficit de fiscais e recursos para fiscalização (PNL e PNAM)	Reforçar a capacitação contínua dos fiscais, melhorar incentivos, envolver jovens das comunidades como “mini-rangers” e investir em tecnologia de monitoria (drones, plataformas online).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANAC. **Plano de Maneio do Parque Nacional de Maputo**. Administração Nacional das Áreas de Conservação. 2018.

ANAC. **Relatório Anual de Balanço das Áreas de Conservação**. Maputo: Administração Nacional das Áreas de Conservação. DNAC/MITADER. 2020.

ANDERSON, I.P. et al. **Vegetation and habitats of the Limpopo National Park, Mozambique**. Ministry of Agriculture. 2010.

ANDERSON, J.L. et al. Human–wildlife conflict in southern Mozambique: Challenges for conservation. **African Journal of Ecology**, 53(1), 2015.

ANDERSSON, J. A. et al. **Transfrontier Conservation Areas: People Living on the Edge**. Routledge. 2013.

BANDEIRA, S. O. et al. **Biodiversidade e Conservação dos Ecossistemas Costeiros e Marinhos em Moçambique**. Universidade Eduardo Mondlane. 2014.

BENATTI, J. H. **Direitos de populações tradicionais e conservação ambiental**. Belém: UFPA/NAEA. 2003.

BENSUSAN, N. **Conservação da biodiversidade em unidades de conservação: conceitos, experiências e instrumentos**. Brasília: IEB. 2006.

BORRINI-FEYERABEND, G., et al. **Governance of Protected Areas: From understanding to action**. Gland: IUCN. 2013.

BRITO, R. & TCHAÚQUE, F. Dinâmica populacional e reassentamento no Parque Nacional do Limpopo. **Revista de Estudos Moçambicanos**. 2009. 23(2), 45–62

DIEGUES, A. C. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: Hucitec. 2008..

EMERTON, L., et al. **Sustainable financing of protected areas: A global review of challenges and options**. Gland: IUCN. 2006.

FERREIRA, L. C. **Sociologia da conservação da natureza: participação e conflito em áreas protegidas**. Campinas: Autores Associados. 2014.

HATTON, J. et al. **Biodiversity and war: a case study of Mozambique**. Biodiversity Support Program. 2001.

JONES, B. Dinâmica populacional e reassentamento no Parque Nacional do Limpopo. **Revista de Estudos Moçambicanos**, 23(2), 45–62. 2006.

JONES, B. T. B. et al. **Community-based natural resource management in southern Africa: Case studies**. IUCN. 2008.

MASSÉ, F., & Lunstrum, E. Accumulation by securitization: Commercial poaching, neoliberal conservation, and the creation of new wildlife frontiers. **Geoforum**, 69, 227–237, 2016.

MICOA. **Relatório do Estado do Ambiente em Moçambique**. Ministério para a Coordenação da Acção Ambiental. 2009.

MMA – Ministério do Meio Ambiente (Brasil). SNUC: **Subsídios para implementação das unidades de conservação**. Brasília: MMA. 2004.

MURPHREE, M. W. Community-based conservation: Old ways, new myths and enduring challenges. In Hulme, D., & Murphree, M. W. (Eds.), **Communities, wildlife conservation and development: Can community-based natural resource management survive the twenty-first century?** (pp. 23–42). Oxford: James Currey. 2009.

NHANTUMBO, I., & Macqueen, D. **Investing in locally controlled forestry in Mozambique**. 2013. IIED.

OSTROM, E. **Governing the commons: The evolution of institutions for collective action**. Cambridge: Cambridge University Press. 1990.

OSTROM, E. **O governo dos bens comuns: a evolução das instituições de acção colectiva**. São Paulo: Editora Senac, 2011.

República de Moçambique. Lei n.º 16/2014, de 20 de junho. **Lei de Protecção, Conservação e Uso Sustentável da Diversidade Biológica**. Maputo: Boletim da República. 2014.

SANTILLI, J. **Socioambientalismo e novos direitos: proteção jurídica à diversidade biológica e cultural**. São Paulo: Peirópolis. 2005. p. 186-188.

SANTOS, B. de S. **Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes**. São Paulo: Cortez. 2010.

SITOE, T. et al. **Participação comunitária na gestão de recursos naturais em Moçambique: oportunidades e desafios**. Maputo: Centro Terra Viva. 2012.

SOTO, B. et al. **Wildlife movements and economic constraints in the Great Limpopo Transfrontier Conservation Area**. Biodiversity and Conservation, 10(12). 2031–2049, 2001.

SPIERENBURG, M. et al. **Enclosing the local for the global commons: Community land rights in the Great Limpopo Transfrontier Conservation Area**. Conservation and Society, 6(1), 87-97, 2008.

TIMBERLAKE, J. et al. **Vegetation Survey of Mozambique**. Royal Botanic Gardens, Kew. 2011.

VERDADE, L. M. et al. **Ecologia de crocodilianos e hipopótamos na região de Maputo**. Revista Científica de Conservação, 9(2), 45–58, 2011.